



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ATA DE REUNIÃO - URBANA		
CONVOCADO POR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR.		DATA: 09/01/2025
PARTICIPANTE	CARGO/SETOR	MODO DE PARTICIPAÇÃO
JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR	DESEMBARGADOR CORREGEDOR DA CGJPA	PRESENCIAL
LÚCIO BARRETO GUERREIRO	JUIZ AUXILIAR DA CGJPA	PRESENCIAL
ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO G DA FONSECA	JUIZ AUXILIAR DA CGJPA	PRESENCIAL
HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO	JUIZ DE DIREITO - NUCLEO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	PRESENCIAL
DAVID JACOB BASTOS	JUIZ DE DIREITO - NUCLEO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	PRESENCIAL
ANDRE MONTEIRO GOMES	JUIZ DE DIREITO - NUCLEO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	ONLINE
IONE NAKAMURA	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO	PRESENCIAL
ANDREA BARRETO	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	ONLINE
LUCIANA ALBUQUERQUE	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	PRESENCIAL
MARCOS WAGNER TEIXEIRA	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	PRESENCIAL
LULY FISCHER	UFPA	PRESENCIAL
GIROLAMO TRECCANI	FETAGRI	PRESENCIAL
MARIO SOLANO	FAEPA	PRESENCIAL
BRUNO KONO	ITERPA	ONLINE
FLAVIO RICARDO AZEVEDO	ITERPA	ONLINE
VANDERSOM QUARESMA	CODEM	PRESENCIAL
DANILO SOARES	SPU	PRESENCIAL
ARACELI EVANGELISTA	SPU	PRESENCIAL
MARCELE BARILE MACHADO	FAMEP	PRESENCIAL
MARIO TITO ALMEIDA	INCRA/BELEM	PRESENCIAL
CLAUDECK FERREIRA	INCRA MARABA	ONLINE
AGNALDO TREMEA	INCRA SANTAREM (CHEFE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA)	ONLINE
ETELVANA ALVAREZ	REGISTRADORA DE IMOVEIS DE ANANINDEUA	PRESENCIAL

IDELZUITH CARDOSO	REGISTRADORA DE IMOVEIS SUBSTITUTA DE SANTA IZABEL DO PARÁ	PRESENCIAL
CAROLINE BRAND	REGISTRADORA DE IMOVEIS DE GOIANESIA DO PARÁ	ONLINE
RENATA RODRIGUES ALMEIDA	REGISTRADORA DE IMOVEIS DE CAPITÃO POÇO	ONLINE
FLAVIANE SOUZA LUCAS	REGISTRADORA SUBSTITUTA DE IMOVEIS O 2º RI DE BELEM	ONLINE
WILLIAM PRAIA	JURÍDICO 2º RI DE BELÉM	ONLINE
MYRZA TANDAYA NYLANDER PEGADO	REGISTRADORA DE IMOVEIS DE MARTITUBA - CRI	ONLINE
ADRIZIA ROBINSON	PROCURADORA DO MUNICIPIO DE CAPITÃO POÇO	ONLINE
FLAVIA SILVA	MUNICÍPIO DE ANANINDEUA	PRESENCIAL
JESSICA MACIEL	CREA	PRESENCIAL
ALESSANDRA RIBEIRO	OUVIDORIA AGRARIA	PRESENCIAL
ANA LUISA SANTOS ROCHA	ASSESSORA DA VARA AGRARIA DE CASTANHAL	ONLINE/PRESEN CIAL (URBANO)
MARCIO GOES DO NASCIMENTO	SECRETARIO DE INFORMATICA DO TJPA	PRESENCIAL
PAOLA WATRIN PIMENTA MENESCAL	ANALISTA JUDICIÁRIO - CGJ	PRESENCIAL
MONIQUE SOARES LEITE	ANALISTA JUDICIÁRIO - CGJ	PRESENCIAL

ASSUNTOS DISCUTIDOS

DEVOLUTIVAS SOBRE OS ENCAMINHAMENTOS DELIBERADOS NA ÚLTIMA REUNIÃO
(04.11.2024)

1. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO À SPU-PARÁ A FIM DE ACELERAR O PROCESSO DA TITULAÇÃO DA ÁREA DA TERRA FIRME, MEDIANTE APOIO TÉCNICO DA CODEM E UFPA PARA A REDAÇÃO DO DOCUMENTO
SITUAÇÃO: EXPEDIDO OFICIO A SPU PELA CGJ
SITUAÇÃO: SPU, UFPA E CODEM DEVEM SE MANIFESTAR
1. STATUS DE FORMALIZAÇÃO DO ACORDO PARA A REGULARIZAÇÃO DO BAIRRO DE SAPUCAIA
SITUAÇÃO: CODEM E MUNICÍPIO DE ANANINDEUA DEVEM SE MANIFESTAR
2. DEVOLUTIVA SOBRE A DOAÇÃO DA ÁREA FEDERAL, PERTENCENTE AO INCRA, AO MUNICÍPIO DE CAPITÃO POÇO, PARA FINS DE REALIZAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.
ENCAMINHAMENTO: CGJ DEVE DAR CIENCIA AOS PRESENTES
3. EM RAZÃO DA COMUNICAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA REPRESENTANTE DA FAMEP, RETOMAR O TÓPICO DE PAUTAS ANTERIORES QUE TRATA DE REQUERIMENTO DO ITERPA SOBRE A REALIZAÇÃO, PELOS MUNICÍPIOS DE GEORREFERENCIAMENTO



NAS RESPECTIVAS ÁREAS, EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE ESTRUTURA DAQUELE ÓRGÃO PARA GEORREFERENCIAR TODOS OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ.
ENCAMINHAMENTO: FAMEP DEVERÁ SE MANIFESTAR

4. O QUE OCORRER

DISCUSSÕES/DEBATES (transcrição realizada com o auxílio da ferramenta Transkriptor):

[continuação das discussões iniciadas na reunião rural, realizada imediatamente antes]

DESEMBARGADOR JOSÉ ROBERTO-CGJ - Obrigado, Coronel Solano. Aproveitando a sua fala, quero dar aqui as boas-vindas ao novo representante, novo dirigente da SPU, Dr. Danilo. Um dos trabalhos, essa questão da Terra Firme foi algo que realmente nos deixou muito satisfeitos, um trabalho que envolveu muitas mãos. A professora Luly com a Clínica da UFPA, a CODEM, a SPU, o próprio CNJ tomou participação nisso articulando reuniões em Brasília, e conseguiu chegar a um protocolo que foi firmado ano passado. Isso foi muito bom. Eu gostaria de passar a palavra à Professora Luly e depois ao Dr. Danilo, para que eles possam nos colocar a par do que tem acontecido e do que vai acontecer depois, porque esse projeto da Terra Firme foi só o primeiro passo. Primeiro para ele? Dr., fique à vontade para se apresentar algumas informações a respeito.

DANILO SOARES - SPU - Senhoras e senhores, bom dia. Eu sou Danilo. Estou à frente agora da SPU, e, na condição de Superintendente, gostaria de saudar essa comissão e fazer a saudação na pessoa do Desembargador José Roberto Bezerra e dizer que a Superintendência do Patrimônio da União está à disposição para que nós possamos unir forças em relação à Regularização Fundiária e principalmente à Jurídica no Estado do Pará, especialmente em relação à Belém, e falo de Belém por diversas circunstâncias que acabam desaguando no judiciário e que eu acredito que nós temos que buscar métodos, medidas, meios extrajudiciais de conciliação, resolução de conflitos, e para que esses litígios não venham bater à porta do Judiciário. A gente trabalhar de maneira simétrica, em sinergia, de modo a trazer principalmente a segurança jurídica. Tirar da invisibilidade a população que não tem o seu registro e principalmente dar segurança jurídica para que a gente possa gerar emprego e renda. E dentro desse espectro, eu acredito que é uma tarefa da SPU poder ser um braço de mediação, um braço de conciliação, um braço de solução. Dentro desse propósito, eu antecipo que mesmo desconhecendo a questão da comissão, a forma como eu acabei assumindo a função e investido das atribuições em um período de recesso com muitas coisas acontecendo dentro do próprio órgão, eu mesmo desconhecendo a comissão, eu já tenho tomado a liberdade de expedir ofício para os três cartórios das três circunscrições de Belém, alguns outros cartórios da região metropolitana que, quando eu estava na condição de advogado, eu já tinha ouvido relatos da dor que eles experimentavam, circunstâncias em Barcarena como da CODEBAC, as terras são da União e precisam de Regularização Fundiária, situações em Marituba. Então, do que eu já tinha conhecimento, eu tomei a iniciativa de expedir um ofício solicitando uma

agenda institucional que eu nomeiei como fortalecimento de laços institucionais de modo que nós possamos trabalhar juntos, e uma das primeiras reuniões que eu tive foi com a Clínica, o Instituto de Ciências Jurídicas, juntamente com a Professora Luly, a Professora Miriam, que eu já conhecia do período que eu estava à frente da CODEM, bem como a Dra. Kelly que é a representante da Comissão de Regularização Fundiária da UFPA, porque acreditava que nós tínhamos condições de estabelecer alianças ao modo de buscar solução fundiária para o município, estando alinhados. E quando eu tomei conhecimento da convocação para essa reunião, eu vi que o primeiro ponto da pauta era justamente o que eu já havia buscado, e eu fui inclusive cientificado pela Professora Luly que na ocasião me disse "olha, vai ter uma reunião", eu tinha uma agenda com o Dr. Cleomar e nós compatibilizamos a agenda e com todo esse esclarecimento eu quero trazer uma mensagem, um posicionamento de busca por soluções: eu sou de Belém, eu vivo aqui. Nossa população precisa disso. Há 20 anos que a SPU é vista assim "ah, litiga contra o município de Belém" e não se busca uma conciliação, e agora com o acordo de cooperação técnica que foi celebrado com meu antecessor, eu acredito que se tenha uma experiência muito positiva para que nós possamos buscar soluções efetivas. E eu sempre uso essa expressão, principalmente a população que precisa da regularização fundiária nacional, tirar essa população da invisibilidade e trazer para que eles tenham um registro de imóveis dos seus bens, do seu território, da sua casa, do seu lar, segurança para sua família e assim em diante. Acredito que isso é possível e não trago isso como um discurso. Trago isso como um propósito efetivo, obstinado, de fazer com que a ação que o município de Belém e a União litigam, que ela perca o objeto no TRF porque a regularização fundiária foi alcançada. E com isso eu acredito que a clínica de assuntos fundiários da UFPA seja um parceiro importantíssimo para a gente que busca esse propósito, até pelo acordo de cooperação técnica que foi celebrado com a UFPA nas áreas institucionais, bem como as já ocupadas pela população, sejam elas objeto de REURB de interesse social ou de interesse específico, e, dentro desse espectro, já tivemos duas reuniões. Estou indo à Brasília porque existe uma necessidade de uma portaria que permita a legitimação fundiária por sob áreas de terreno de marinha acrescido, então precisa dessa autorização que é um dos pontos pautados na nossa reunião, que acredito que se deu nessa segunda-feira. Eu acredito que já incluí isso na pauta para tratar no Ministério de Gestão e Inovação para que eu busque essa portaria e a gente possa arcar de todos os instrumentos e para que a gente consiga evoluir. Eu, além dessa iniciativa, preciso de tempo para me apresentar nos órgãos, existem algumas situações que vão perpassar aqui áreas que estão ocupadas e que são objeto de litígio fundiário. Existe uma área no Barreiro que é da Eletronorte. Então estou procurando meios para tentar uma mediação, para fazer uma composição levando a regularização fundiária e habitação de interesse social, que é uma demanda feita pelo programa Imóvel da Gente que teve seu lançamento aqui em Belém no último dia 17 de dezembro. Paralelamente a isso e na ocasião, eu tive oportunidade de conversar com o assessor do Dr. Bruno, Dr. Gabriel, e pedir que levasse a mensagem, que era muito importante... aliás, o Dr. Bruno, para a questão da regularização fundiária urbana, e que ocorra provavelmente a gente vai ter oportunidade de conversar para que possa expandir essas ações da SPU para o Pará inteiro. Então, eu acredito que nessa apresentação já tratando na pauta e trazendo um espectro maior do que já tem sido feito, que já está sendo desenvolvido

em consonância com o propósito direto aqui da comissão, trazer essa menagem de trabalho, de otimismo e principalmente de muitos desafios que a gente vai ter que enfrentar e acredito que de maneira conjunta. E nesse sentido aqui já apresento que, no meu primeiro dia em que estive à frente do... as formalidades foram cumpridas, eu estava em Brasília, e no primeiro dia que estive em Belém, foi no dia 13 de dezembro, era uma demarcação de todas as áreas de terreno de marinha e seus acrescidos nos municípios que seguiam de Ananindeua até Viseu e eu já cheguei na audiência pública. Essa demarcação já foi homologada e incorporada ao patrimônio da união e eu estranhei muito não ter a participação efetiva e massiva de todos os municípios afetados por isso. Então como uma forma de tratar de uma maneira plúrima e coletiva, eu vou me familiarizar com a forma de tramitação interna da comissão, mas pretendo trazer esse assunto aqui para depuração e aperfeiçoamento na sua máxima efetividade antes que o Judiciário passe a ser provocado pelas consequências do que essa incorporação possa vir a acarretar, e, nesse sentido, eu pretendo estar sempre a um passo à frente, somando esforços com vocês. Eu tenho uma equipe valiosa e valorosa de 38 colaboradores para cuidar do Pará inteiro. Então, sem o auxílio de vocês, eu vou ter muita dificuldade para cumprir as metas e até o que deverá ser atendido. Então alguns assuntos relacionados principalmente à demarcação de terrenos de marinha que foi feito por diversas metas do TCU eu devo trazer para cá assim como assuntos relacionados ao usucapião de bens onde há manifestação da União vinculada à dominialidade. E vou trazer de forma parcimoniosa para que a gente possa buscar sempre soluções. Não procurar culpados, não procurar nenhuma circunstância negativa, mas olhar para frente em busca de soluções, porque acredito que a gente tenha um arcabouço, principalmente com a Lei 13.465, a gente tem um arcabouço legislativo que a gente é capaz de unir esforços e levar essa solução para a população, principalmente com a simetria, a sinergia do Poder Executivo nas suas três esferas que com certeza estão juntas para poder fazer essa entrega. Então, não querendo ser repetitivo, agradeço a oportunidade, bem como me coloco à disposição e provavelmente muitos de vocês, se não todos, receberão, em determinado momento, um comunicado, um ofício, uma ligação, com alguma coisa que partirá ainda no mês de janeiro para que eu possa apresentar e a gente possa unir esforços em prol da população do Estado do Pará e do Brasil. Muito obrigado.

DESEMBARGADOR JOSÉ ROBERTO – CGJ -Professora Luly?

LULY FISCHER – UFPA - Só queria dar algumas informações além dessas complementares que o Dr. Danilo já apresentou. A gente tem o cadastro social de 32 quadras completo, então isso tem aproximadamente mil e quinhentos lotes, mas quinhentos são afetados por uma desapropriação em curso para macrodrenagem na SEOP, então houve uma negociação da gente entregar as declarações de posse. A PGE tem um parecer normativo dizendo que essas pessoas vão ser indenizadas, benfeitoria mais terra, para evitar a judicialização e à medida que esses acordos sejam concluídos, eles nos informam e assim a gente já pode na REURB fazer a transferência dos terrenos sem precisar judicializar. Então, isso já foi repassado para a SPU e isso está em andamento mediante apresentação da portaria autorizativa. A gente já consegue fazer o parecer referencial e já encaminhar para o Cartório de Registro de Imóveis essa



primeira etapa emergencial de atendimento do que a gente chama de Área 1 do Lago Verde. Eu gostaria de pedir da Corregedoria e, se possível, talvez criar um grupo de trabalho, porque junto com os atendimentos que a gente fez ano passado em parceria com a CODEM, a gente verificou que 100% das áreas que nós levantamos têm débito ativo de IPTU, judicializado ou não. Então, isso tem um impacto significativo seja na regularização, seja no número de processos aqui no Judiciário. Por que que estou colocando isso? Porque hoje, como a área é da União, a desapropriação, o leilão dessas áreas por débito, ele é inviável. Ou seja, eu escrevo como dívida ativa, mas eu não consigo leiloar porque senão isso gera uma expropriação de bens públicos, mas, à medida que eu entrego a legitimação fundiária, todas essas ações de execução fiscal se tornam viáveis, e aí eu vou ter um desapossamento significativo de população. Eu acho que seria interessante a gente identificar quais são esses processos, a gente já está fazendo isso com a CODEM. Para cada processo desse, a gente identifica o nome, a gente pode fazer o cruzamento por nome com o processo e verificar, considerando os novos entendimentos que existem do STF sobre esses pagamentos, ou seja, sobre a viabilidade dessas ações, verificar se existe a possibilidade de a gente trabalhar isso reduzindo o impacto do remanejamento dessa população por dívidas tributárias. Acho que isso pode ter um impacto positivo no número de processos pendentes nas varas de execução fiscal. Então isso já está sendo levantado, a CODEM já tem o levantamento, isso é uma segunda medida, uma repercussão que eu considero ser positiva, porque eu desconheço no âmbito nacional projetos de regularização fundiária que já avancem nessa questão de verificar qual é a situação tributária desses imóveis, para evitar que ao aumento do titular, a gente não tenha uma nova retirada, e aí um processo de gentrificação na área, além de ter uma redução no déficit de processos pendentes nas áreas de execução fiscal.

DESEMBARGADOR JOSÉ ROBERTO - CGJ - Diga, Professor Girolamo.

GIROLAMO TRECCANI - FETAGRI - Desejar para o Dr. Danilo um bom trabalho. Quem de nós conheceu a DPU Pará sabia que a estrutura era muito mais precária, mas com certeza a estrutura atual é aquém das necessidades do Estado. Mas, bom trabalho, acho que vai precisar com certeza de muita luz para poder avançar. Mas eu gostaria de aproveitar o fato de que estamos com o Dr. Horácio e o Dr. André, que darão continuidade a esse trabalho, para sugerir que uma das próximas reuniões desta comissão, me permita Desembargador ir além do espaço temporal do seu mandato, essa questão dos terrenos de marinha possa ser colocada de uma maneira mais abrangente, não só em Belém, aonde esta dívida vem desde 1600, não? A primeira carta de sesmaria é de 1628, se não me falha a memória, portanto já temos problemas históricos, e a demarcação realizada na década de 2000 não satisfaz a ninguém, talvez nem à própria SPU. Então, nós temos problemas na capital, mas temos problemas talvez ainda maiores no interior. E aqui seria muito importante, Dr. Danilo, trazer informações complementares sobre o processo de demarcação sobre o qual o Sr. falou ainda agora, em todo o nosso interior, não só na capital. Não tenho estatísticos, portanto não vou me alvoroçar a dar números. Mas, com certeza absoluta, quando se comparam os dados que estão presentes no SIGEF, portanto na parte (inaudível) espacial do INCRA, pergunta: isso está na mão de quem? Está registrado no nome de

quem? Fica onde este determinado documento? E nós sabemos, portanto que... sabemos? Não sei. Mas podemos supor que existe um conjunto grande de sobreposições entre áreas, vou dizer, pretensamente particulares e áreas pretensamente públicas. Uso pretensamente para não me envolver muito em quem tem razão. O que nos interessa não é saber quem tem razão, mas encontrar uma solução para este grande problema histórico. Se as áreas são da União, e não vamos esquecer que o STF no ano passado decidiu que essas áreas são da União, reiterou uma decisão histórica, histórica no sentido que consolidou o que já tinha decisões anteriores, cabe a nós neste momento colocar em prática isso. Se é da União, que se reconheça aquilo que é da União como da União. Que se registre aquilo que é da União como da União, e infelizmente, por exemplo, os projetos de assentamento criados pela INCRA no Estado do Pará na área de ilha e várzea não estão registrados nos cartórios. O INCRA não fez o dever de casa de poder dizer onde é que a terra é dele. Destinou-se previamente incorporar. Em que pese eu achar correta a decisão de incorporar aquilo que era público federal, só que se precisa registrar isso em cartório. Caso contrário, iremos conviver com uma insegurança jurídica generalizada. Se tem direito de particulares, que se diga onde esse direito se localiza. Se o direito é público, aonde ele se localiza. Eu acho, Excelência, que o senhor começou a nos dar o começo de ajeitar a casa. Vai precisar, talvez, alguns anos, não vou dizer décadas, para que a casa fique perfeitamente em ordem, mas o começo foi dado. Cabe agora com esse trabalho que a SPU começou no Brasil inteiro e que deveria terminar em 2025 se o prazo não for prorrogado novamente, temos agora conciliação entre o que é público e o que é particular, e que tudo isso se consolide devidamente nos cartórios de Registro de Imóveis em todo o nosso Estado, e oxalá no Brasil. Obrigado.

DESEMBARGADOR JOSÉ ROBERTO – CGJ - Dra. Myrza, a senhora está com a mão levantada. Bom dia, Dra. Myrza. Tudo bem?

MYRZA PEGADO – CRI/ANOREG - Bom dia, Desembargador. Entrei atrasada na reunião, e agora que eu fiquei sabendo que é a última sessão, então a gente não poderia perder também a oportunidade de parabenizar, mas principalmente agradecer, em nome da ANOREG, da Dra. Moema, que não pôde estar aqui hoje, de todo o corpo da ANOREG, do Colégio de Registro de Imóveis, e eu pessoalmente queria agradecer o Sr., o Dr. Lúcio, Paola, Monique, toda a equipe da Corregedoria, porque nós nos sentimos muito bem recebidos, ouvidos. Nós nos sentimos muito bem recepcionados pela Corregedoria durante essa gestão. Então, eu não tenho muito, um tempo longo como registradora, como vocês bem sabem, mas eu já pude pegar duas gestões, e eu me sinto muito feliz de ter participado junto com o Colégio ativamente da gestão da Corregedoria junto com vocês, porque nós nos sentimos realmente fiscalizados, representados e ouvidos. Queria agradecer de verdade, desejar sucesso para todos vocês e contém conosco sempre. Nós, todos do Colégio, da ANOREG e eu pessoalmente. Tenho certeza que eu falo em nome de todos. Obrigada, Dr.

DESEMBARGADOR JOSÉ ROBERTO – CGJ -Obrigado, Dra. Myrza. Aproveitando aqui, chegou o nosso Secretário de Informática, Márcio Góes. Então, vou passar a palavra ao Márcio para tratar daquele item 3, dos *shapefiles*.



MÁRCIO GÓES - SECRETÁRIO DE INFORMÁTICA DO TJPA - Desembargador, bom dia. Bom dia a todos. Nós recebemos aqui um ofício do ITERPA com os arquivos técnicos, os *shapefiles*. É uma documentação bem técnica, difícil mesmo de se ter uma visualização. Então, o que nós identificamos como possibilidade, e que nós vamos sugerir em termos de visualização: nós fizemos a conversão desses arquivos de shapefile para KML, que são arquivos que podem ser observáveis pelo Google Earth, que é aquele mapa, em que fica muito mais fácil da gente visualizar o terreno. Eu não vou conseguir mostrar na tela aqui, mas a gente fez o carregamento do primeiro arquivo. Está aqui em mãos. Vou passar para vocês aqui. Ela fica bem legal, a visualização. Eu não sei por que... eu vou ter que acessar o computador aqui para poder acessar. Não sei se eu vou conseguir em um tempo hábil. Mas assim, ele fica bem fácil de visualização. Não sei se vocês estão conseguindo ver aqui. Este aqui é o primeiro terreno, que pelo visto parece um terreno no Paar. Então, ele mostra todo o espaço territorial por cima e nós vamos pegar todos eles, se não me engano são doze no total, e nós vamos converter isso tudo para KML e colocar em um projeto no Google Earth. E vamos compartilhar esse projeto com a Corregedoria, e a Corregedoria compartilha com os outros entes aqui na reunião, mas acho que fica bem legal o objeto de análise pela comissão. Desembargador?

DESEMBARGADOR JOSÉ ROBERTO - CGJ - Isso aqui já é uma nova proposta de trabalho que vamos pedir ajuda da Clínica da UFPA, Professora Luly, e quem sabe até o Instituto Vale ajude com seu conhecimento. Podemos contar com vocês? Então pronto. Compromisso assumido. Então, também quero agradecer aqui a participação do Dr. Horácio, do Dr. André, do Dr. David, que são magistrados de ponta aqui no Tribunal, muito comprometidos. Já se foi o tempo. Antigamente, quando eu entrei, Professor Girolamo, o trabalho do juiz era ficar no gabinete, despachar os processos, sentenciar, fazer audiência e atender as partes. Hoje, isso é uma pequena parte do trabalho do juiz. Nós estamos sendo chamados a... o Ministério Público também, já de longa data já experimenta isso no atendimento à população, nas demandas sociais. Hoje nós estamos sendo chamados aqui, já de algum tempo, a uma proatividade em prol da sociedade que é um grande desafio, porque nós tivemos que aprender isso. Aprender a sair do gabinete. Olhar para a sociedade como um todo. Diga, Dr. David.

DAVID JACOB - JUIZ DE DIREITO - Bom dia. Estendo meus cumprimentos a todos os presentes, e eu só queria aproveitar, Excelência, para agradecer ao senhor pela honra de ter participado desse projeto do Grupo de Governança Fundiária da Corregedoria. Também agradeço ao Dr. Lúcio Guerreiro, que estava aqui capitaneando operacionalmente este projeto. Aprendi muito com os senhores, Dr. Filo-Creão, Dr. Horácio, aos quais cumprimento também e desejo que Deus derrame bençãos de saúde e sabedoria neste novo momento, nova gestão como juízes auxiliares da Corregedoria. Sei que os senhores são extremamente, além de competentes, extremamente sérios, e esse assunto requeresse conhecimento, essa seriedade. Então parabéns, e peço que Deus os abençoe abundantemente. Então, só para fazer esse registro do agradecimento, realmente. Vinte mil e quinhentos títulos registrados, um número extremamente significativo dentro da nossa realidade como segundo maior estado territorialmente da Federação com nove milhões de habitantes, mas com uma logística

que nenhum outro estado tem. O Amazonas, que é o maior estado da federação, tem uma concentração de ocupação humana e em trópicos também, por conta de questões históricas, e nós temos aqui no nosso estado um Pará do Marajó, um Pará do Nordeste, um Pará do Sudeste e um Pará do Oeste. São quatro estados dentro de um só. Então trabalhar com regularização fundiária realmente é extremamente complexo, é uma questão estrutural intergeracional e queria lhe parabenizar, Desembargador, primeiro pela liderança firme, mas sempre serena, estabelecendo esse ambiente dialogal em que todas as instâncias, a academia, os grandes projetos, Ministério Público, Defensoria Pública, tanto da União quanto do Estado, todos os municípios, os produtores, os trabalhadores rurais. Enfim, todos os partícipes, a ANOREG, os cartórios, ITERPA, SPU, INCRA, FUNAI, Secretaria Estadual de Povos Indígenas que também parcerizou conosco. Enfim, Desembargador, todo esse *locus* de diálogo que foi criado com muita horizontalidade que o senhor sempre prezou muito por isso, seja por quem está presencialmente quanto quem está online, até por essa dimensão continental. Então, só para dizer que para mim foi um grande aprendizado, realmente hoje despachar processos, ficar em gabinete é a menor parte da nossa rotina jurisdicional, e projetos como esse que são estruturais, são objeto de estudo acadêmico até, faz muita diferença na ponta, na vida do cidadão, como o senhor sintetizou. Ter um teto sem ter medo de um trator no dia seguinte destruir o que você construiu durante uma vida toda. Um direito fundamental que esse núcleo tenta operacionalizar dentro do sistema de justiça. Então, muito obrigado, Desembargador, pelo convite. Fiquei muito honrado e aprendi muito aqui, e, nos próximos projetos do senhor e também do Dr. Lúcio, tenho certeza que vai estar abençoando e vai estar proporcionando tudo de melhor para vocês. Quero fazer uma saudação aqui também à Dra. Fabíola, Dra. Georgina, Dra. Monique, Dra. Paola, servidoras incansáveis também, que garantiram o êxito desse projeto. É isso. Muito obrigado.

DESEMBARGADOR JOSÉ ROBERTO – CGJ - Obrigado, Dr. David. O Dr. Lúcio está aqui me chamando a atenção de que não acabou a pauta. Ainda há mais três itens da reunião urbana. Acabou a rural e a gente já começou. Esse primeiro item, que foi falado sobre a Terra Firme, que falou a SPU, falou a professora Luly, já faz parte da urbana. Então, vamos dar continuidade da urbana então, e aqueles que da rural já precisarem sair, já fica marcado o dia 10 de março para próxima reunião, depois do carnaval, quando o Brasil começa a trabalhar. Não tem aquela brincadeira que o Brasil só começa a trabalhar depois do Carnaval? Isso não é verdade, mas se vende essa história. Então, a próxima reunião será dia 10 de março, para dar tempo da nova gestão se situar e tomar pé de tudo, que começa em fevereiro. Então, já fica agendado. Por favor, anotem nas suas agendas: 10 de março, 09 horas, uma reunião. E eu passo novamente aqui a palavra para o Dr. Lúcio dar continuidade à pauta da reunião urbana.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ - Bem, então, dando continuidade à nossa pauta urbana. Diga, Professor.

GIROLAMO TRECCANI – FETAGRI - Na realidade, relativo ao último ponto que foi tratado. Levando em consideração que o Desembargador José Roberto que começou e levando em consideração a presença neste momento nesta sala de todos os

representantes dos INCRA's, a pergunta é: o ITERPA remeteu os documentos que foram ditos agora. Qual o cronograma para o INCRA remeter os *shapefiles* de todas as áreas que são de responsabilidade do INCRA que foram entregues para as prefeituras? Existe esse cronograma? Isso não pode ser necessariamente dado agora, mas isso valeria a pena ficar na pauta da nossa próxima reunião para que não se possa esquecer que o Pará é ITERPA e INCRA também, além das prefeituras, que são as mais interessadas nessa história de todos nós. Obrigado.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ - Certo. Ficou registrado então na pauta e já fica registrado entre o Superintendente para trazer uma resposta na próxima reunião. Então, dando continuidade ao item 2 da pauta. Na verdade, o item 1 já foi tratado da urbana, que se trata da área de titulação da Terra firme da UFPA. Então, dando continuidade, eu percebo ali que o Dr. Vanderson quer falar pela CODEM a respeito desse item 1 da pauta ainda, não?

VANDERSON QUARESMA – CODEM - Bom dia. Desembargador, eu não tenho como não deixar registrado que os acordos de Cooperação Técnica, tudo que ainda se tem a fazer sobre Regularização Fundiária entre as instituições na qual eu represento e agora Dr. Danilo que está presente aqui, Ex-Presidente aqui da CODEM na qual eu ainda estou, saíram daqui. Então, o que vamos evoluir ainda em relação de regularização fundiária partiu justamente dos atos desta Comissão. A gente agradece muito e, não tem também como não deixar registrado o apoio da Defensoria Pública. Não sei, não vi ainda algum representante da Defensoria Pública, que também foi incansável para que a gente tenha hoje em dia os acordos de cooperação técnica, regularizações fundiárias em determinadas áreas que chegaram a nosso conhecimento através desse órgão tão importante e, com a ajuda da Corregedoria, a gente conseguiu desenvolver. Fico muito feliz com a fala do Dr. Danilo. O Dr. Danilo me recepcionou quando cheguei à CODEM. É uma pessoa que eu tenho um carinho, uma admiração, fez uma transição e eu pude dar continuidade ao trabalho que ele estava desempenhando, e a fala do Dr. Danilo foi no sentido de esperança, que a gente consiga para quaisquer divergências arestas que existam entre dominialidade e interesses de União e municípios, que a gente possa fazer a regularização fundiária. Exemplo disso é o trabalho que a gente vem desempenhando junto com a academia, junto com a Universidade Federal representada, na maioria das vezes, pela Professora Luly. Então, acho que a gente tem muito a fazer, mas, boa parte dessas atividades e desses compromissos que a gente tem que cumprir foram em razão dos desdobramentos que aqui começaram. A gente fica à disposição, a companhia vai ocorrer a Assembleia Geral dos Acionistas para eleição do novo presidente no próximo dia 16, nesse início de gestão da atual administração municipal agora vão ocorrer algumas modificações, mas, por hora, a gente já pode ter certeza que a gente deixou um legado e que a regularização fundiária, independente de A ou de B, vai acontecer. Muito obrigado.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ - Obrigado, Dr. Vanderson, pelas palavras. E, assim, dando continuidade, o item 2 da pauta seria o status de formalização do acordo para regularização do bairro da Sapucaia. O senhor já está com a palavra, aqui diz que a

CODEM e o município de Ananindeua deveriam se manifestar com relação se ocorreu alguma tratativa, algum avanço nessa situação.

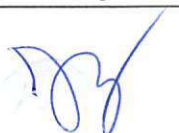
FLÁVIA SILVA – ANANINDEUA - Bom dia a todos. Bom, eu não posso também deixar de agradecer ao Desembargador José Roberto. Dr. Lúcio, as meninas, Paola, Monique, Jorgina, Fabíola, que... Ananindeua teve um avanço. Nós fizemos um convite no qual o processo de regularização fundiária estava estagnado, e foi através dessa organização, desse movimento, que a gente levou a resultados que a gente realmente pôde agregar não só ao município, mas aos números que foram apresentados. Então, desde já eu agradeço. Vocês foram extremamente atenciosos e receberam as nossas solicitações e atenderam na medida do possível, e eu desejo que a gente possa continuar com esse trabalho, independentemente das modificações que possam vir a ocorrer, porque realmente a população necessita desse atendimento. Bom, em relação ao item 2 da Sapucaia, eu me reuni na última segunda-feira com o Procurador-Geral do município e foi direcionado à CODEM, Dr. Vanderson, na terça-feira, a notificação em relação à área. Então acredito que já possa ter chegado, e que o senhor possa se manifestar, não sei se vai haver alguma modificação, para que a gente consiga seguir, que a gente consiga fazer o processo. Tudo bem, Dra. Luciana? Que também acompanha o processo da área de Sapucaia através da Defensoria Pública. E esse é o status. Para que a gente consiga seguir, acredito então que mantém na pauta, para que a gente possa acompanhar esse processo da área de Sapucaia.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ - Dr. Vanderson?

VANDERSON QUARESMA – CODEM - Então. Eu ainda não tenho conhecimento, Doutora. Vou até trocar depois com a senhora um e-mail e os dados da diretoria a qual eu estou à frente, para justamente evitar esse delay, que às vezes chega na presidência e para chegar em mim demora alguns dias. Então, agora na próxima eu tenho certeza que a gente já deve ter um encaminhamento concreto, não? Eu já tenho uma manifestação e a gente deve trabalhar isso na próxima reunião. A gente faz um retorno.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ - Está certo, doutor. Muito obrigado. Então vamos manter na pauta para que vocês possam dar o andamento das tratativas, verificar realmente a dominialidade dessa área. O nosso item 3 da pauta seria uma devolutiva sobre a área federal pertencente ao INCRA pertencente ao município de Capitão Poço. Sei que a Dra. Renata está aqui presente. Nós fizemos uma reunião com a Dra. Liz Rezende e ela me falou, informalmente, que a situação, talvez, já estivesse resolvida. Então, eu gostaria de ouvir tanto o INCRA, porque parece que a titulação já estaria em vias de ser expedida para o município, e, também, a Dra. Renata, que foi a demandante do item da pauta.

RENATA ALMEIDA - RI DE CAPITÃO POÇO - Bom dia, Dr. Lúcio. Tudo bom? Bom dia, Corregedor. Bom dia a todos presentes na reunião. Primeiramente eu queria agradecer, como todos já fizeram, mas realmente, muitos dos negócios que nós tivemos, graças a Deus, foi graças ao empenho de vocês. Quero agradecer em especial



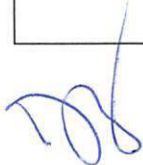
ao senhor, Dr. Lúcio, nessa luta incessante da presença do INCRA nas nossas reuniões e que nós fomos agraciados neste ano novo com a presença de todos, então, é um presente. Já na demanda com relação à doação, eu solicitei inclusive que a Procuradora do município estivesse presente hoje aqui na reunião, a Dra. Adrizia. A prefeitura de Capitão Poço também se faz presente, porque diante da pauta trazida na reunião do INCRA de novembro do ano passado, o Sr. Tito, que inclusive está presente na reunião hoje, trouxe essa notícia de que talvez já estivesse sendo resolvida. Mas não é este o cenário que nós temos. Então realmente a gente gostaria de saber, por parte do INCRA, se esse encaminhamento já está tão avançado assim, porque tanto eu quanto a Procuradora do município, até o momento, não temos esse cenário de solução do problema. Então, seria realmente importante a gente escutar o pessoal do INCRA e a Procuradora do Município também, Dra. Adrizia, caso queira se manifestar. De toda forma, agradeço por trazer a público essa pauta e esse encaminhamento de solução. Obrigada.

LÚCIO GUERREIRO - CGJ - Quem fala? O INCRA ou a Procuradora primeiro? Vamos com a Procuradora do município. Se apresente, por favor, Procuradora.

ADRIZIA ROBINSON - PROCURADORIA DE CAPITÃO POÇO - Bom dia a todos. Dra. Adrizia, do município de Capitão Poço. Estão me ouvindo? Bom dia, Desembargador, Dr. Roberto. Muito obrigada pela oportunidade e, infelizmente, como a Dra. fez a colocação, nós não temos a informação de que esse título já está prestes a ser impresso a última movimentação que nós temos lá, que foi inclusive na semana passada, a informação que nós tivemos é que o processo ainda está em Belém, retornou de Brasília para um parecer conclusivo, inclusive está na regularização fundiária com o Dr. Aurimar, que nos informou, inclusive, que esse mês está de férias e que repassou para que nós procurássemos o Dr. Tuma. E assim o fizemos e o mesmo disse que iria verificar a situação e nos dar uma devolutiva também. Então, infelizmente, essa informação... talvez, verifiquei que a reunião ocorreu em novembro, de fato o processo foi à Brasília, e logo em seguida retornou já pela terceira vez, e nós estamos aqui acompanhando no município. Os nossos técnicos estão indo a Belém toda semana. Nós estamos acompanhando tanto pessoalmente em reuniões quanto por telefones, em contatos, e-mails, em redes sociais e tudo mais. Mas, nós gostaríamos também de ouvir o Dr. Tito, que está representando o INCRA hoje, para ver se, de repente, ele tem alguma informação atualizada, considerando que a última reunião ocorreu em novembro. E hoje, o status que nós temos, pelo menos a informação e o acompanhamento também no sistema que nós fazemos. Esse processo aqui está em Belém para um parecer conclusivo.

LÚCIO GUERREIRO - CGJ - Dr. Tito, o senhor tem a palavra.

MARIO TITO DE ALMEIDA - INCRA - Então. Primeiro, prazer, doutora, falar com a senhora sobre a situação de Capitão Poço. De fato, foi uma situação que em novembro, diante da Dra. Liz do CNJ, de fato o processo estava em Brasília para finalização, e essa foi a afirmação do Superintendente, Dr. Rai, que falava dessa situação, e nós estávamos aguardando para dar os encaminhamentos. Na virada do ano, nós recebemos de volta,



de fato, e todos sabem que final de ano há recesso de servidores, os órgãos praticamente estão parados. Eu estive, inclusive recepcionei esse material, e nós encaminhamos ao Dr. Tuma. Então, o que a gente vai fazer, eu peço que você, no privado, depois, entre em contato comigo, diretamente. Inclusive lhe dou meu e-mail, lhe dou meu contato, para fazer os encaminhamentos internos do INCRA. Esse é meu papel lá no INCRA. Então assim, verificar de fato como está a celeridade dessa situação, porque nós dávamos como certo, mas como voltou de Brasília para ajustes, a gente vai, com certeza, resolver a situação de maneira bem tranquila. Então, peço que entre em contato direto comigo para a gente poder resolver, mas tenho certeza que a coisa será resolvida em tempo muito célere, muito rápido. Então, é só entrar em contato que os servidores já vão voltar dos seus recessos e eu posso estar à frente disso, está bom?

LÚCIO GUERREIRO - CGJ - Doutora, a senhora está sem o áudio.

ADRIZIA ROBINSON - PROCURADORIA DE CAPITÃO POÇO - Muito obrigada, Dr. Tito, pela devolutiva. Eu vou entrar em contato sim, novamente, diretamente com o senhor, e eu lhe agradeço por essa resposta.

LÚCIO GUERREIRO - CGJ - Bem, então, na pauta dos senhores, acho que a gente concluiu, mas eu tenho aqui apenas um último, antes do que ocorrer, que está na pauta só comigo aqui, porque é só para registrar que a FAMEP está de retorno às nossas reuniões. Nós recebemos um comunicado da Dra. Cláudia Pinotti, que está junto à FAMEP, e é muito importante a participação dos municípios no Projeto Regularizar, porque é dentro do município que acontece, a REURB que acontece na regularização fundiária. Então, nós temos hoje, de um universo de mais de cem municípios, nós temos cerca de 22, 23 municípios aderentes. Então, o papel da FAMEP vai ser muito importante para que isso possa capilarizar e nós podermos trazer mais regularização fundiária para o Estado. Hoje, a FAMEP está sendo representada pela Dra. Marceley, que já é conhecida aqui do nosso grupo, que trabalhou juntamente conosco no município de Marituba, e hoje está na FAMEP, e eu queria que a senhora falasse do papel da FAMEP e lembrando essa importância que a associação tem de trazer os municípios aqui para dentro do projeto.

MARCELE BARILE - FAMEP - Bom dia. Bom dia a todos. Para mim é uma satisfação estar retornando aqui nesse grupo de trabalho, que eu acompanhei por Marituba e vi realmente o quanto a regularização fundiária no âmbito estadual avançou com o trabalho de vocês. E, na oportunidade, eu quero agradecer a acessibilidade que esta Corregedoria deu aos municípios. Eu falo por Marituba na época, que eu vi o quanto a gente tem acesso, Ananindeua também está aqui, e eu pude acompanhar a fala da Dra. Flávia. Então, muito obrigada Dr. Lúcio, Dr. José Roberto e as meninas ali do suporte, que também, sem elas, as coisas não acontecem. Bom, hoje estou aqui, muito feliz, representando a FAMEP, através da Urbe-Amazônia, que tem uma cooperação técnica com a FAMEP, e eu quero dizer para vocês que a partir de agora a gente vai estar mais pertinho acompanhando todo o trabalho e funcionando de uma forma facilitadora. A gente quer ser um facilitador para todo esse trabalho a nível estadual, representando aqui os municípios, e contem conosco. A gente tem muitas perspectivas boas de

parceria, inclusive com a UFPA, para estar fazendo estudos, conversando com esses municípios para trazer informações que possam alavancar essas regularizações nesses municípios. Então, muito obrigada e contem com a FAMEP.

LÚCIO GUERREIRO - CGJ - Bem, então finalizamos e chegamos no item do que ocorrer. Professora Rosa?

RENATA ALMEIDA - RI DE CAPITÃO POÇO - Obrigada. Eu estava aguardando agora, na verdade.

LÚCIO GUERREIRO - CGJ - Só para concluir então, professora. Dra. Renata?

RENATA RODRIGUES ALMEIDA - CARTÓRIO DE CAPITÃO POÇO - Bom dia, novamente. Eu só queria agradecer pelo Dr. Tito ter se manifestado com relação ao INCRA. Isso eu gostaria de constar em ata no sentido da Corregedoria, nas reuniões da regularização, nós continuarmos monitorando, porque como eu falei lá naquela primeira reunião da regularização, eu já vou a de 6 anos de Capitão Poço que nós estamos nessa expectativa da doação da área municipal do núcleo urbano pelo INCRA. Então, eu gostaria que a Corregedoria continuasse acompanhando essa situação nas reuniões da regularização. Por favor, se for possível.

LÚCIO GUERREIRO - CGJ - Claro, Dra. Renata. O assunto continua na pauta porque ainda não teve solução, e a participação de todos os registradores, de todos os municípios é sempre bem-vinda, então a participação de vocês é contínua. O programa hoje é permanente pelo provimento do CNJ tanto hoje pelo provimento interno da Corregedoria que o Desembargador acresceu agora como um programa permanente de regularização fundiária. Então agora sintam-se todos muito bem-vindos.

RENATA RODRIGUES ALMEIDA - CARTÓRIO DE CAPITÃO POÇO - Obrigada.

LÚCIO GUERREIRO - CGJ = Então agora, Dra. Rosa, a senhora tem a palavra no que ocorrer.

ROSA PAES - INSTITUTO VALE - Sim, sim. Muito obrigada mais uma vez. Eu começo com um princípio que se tem na agricultura: quem planta, colhe. Essa fala direciono ao Dr. José Roberto, o qual acolheu o Instituto Tecnológico Vale. Também o Dr. Lúcio Guerreiro. Essa semente, ela começou com a Professora Luly, que viu o valor no nosso trabalho e nos trouxe para cá. Nos sentimos acolhidos com muito respeito, com muito zelo, e, mais do que isso. E reconhecendo todo esse acolhimento, o nosso trabalho foi concretizado na revista sobre regularização fundiária. Certamente, doutor. Tudo que for acontecendo aqui ao longo desse tempo vai ser tornado público, e isso para o agricultor familiar é algo de extremo valor. Como bem o senhor disse, conhecimento é tudo. Tentar traduzir tudo que a ciência traz para o agricultor é de fundamental importância. Renovo aqui os votos e Instituto Tecnológico Vale continua, está continuando aqui sim e, muito certamente, nós temos muito o que fazer ainda, e muito trabalho. Conte conosco. Conte comigo, especialmente. Eu tenho aprendido muito com

vocês. É uma área que me chama muito a atenção, e eu tenho certeza que o crescimento é de todos. Fico muito feliz, eu já abro parênteses, de ver o Professor Túlio, o qual foi meu professor na UNAMA, e, muito provavelmente, a gente vai ter uma boa interação aqui. Obrigada.


LÚCIO GUERREIRO – CGJ - Dr. Vanderson?

VANDERSON QUARESMA – CODEM - OEu queria aproveitar a oportunidade de estar com o Dr. Cleomar e os representantes do 2º Ofício. Dr., a gente precisa dar continuidade no ACT de apuração de remanescentes, além de alguns outros pontos que a gente tem para dar continuidade aos trabalhos. Então queria deixar como o que ocorrer, necessidade da gente fazer reuniões para aprimorar um ACT nesse sentido. É importante para a manutenção das nossas atividades e eu acredito também para dar segurança e uma uniformização às atividades do cartório.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ - Está certo. Ficou como item da próxima pauta, então o senhor já conversa para trazer alguma novidade para a gente. Dra. Flávia, depois o Dr. Samuel.

FLÁVIA SILVA – ANANINDEUA - Eu acredito, Dr. Mario, aproveitando o item do que ocorrer, e aproveitando, seja bem-vindo, Dr. Danilo, à SPU e à reunião, Ananindeua tem um item com a SPU que é a questão da regularização das ilhas. Nós realizamos o cadastro das famílias em 2021, e desde então nós não tivemos mais retorno em relação a qualquer retorno para que a gente pudesse tratar sobre o andamento da regularização. Eu gostaria de pedir a possibilidade do senhor verificar o andamento dessa solicitação para que a gente possa tratar, diante da próxima pauta, e dar um posicionamento para os moradores, porque eles foram cadastrados e, desde então, a gente não teve retorno.

DANILO SOARES – SPU - Eu acredito que o prosseguimento dessa ação a gente pode dar continuidade. Eu sugiro para a senhora a data do dia 22, para que possamos reunir já para tratar desse assunto no caso que a gente viu o processo tudo direitinho. No final da reunião vou pegar o seu contato para que eu, no dia 22, já possa estar com o assunto a tempo de ser tocado, e eu acredito que esse assunto de regularização nas ilhas é um assunto que é importante ser trazido aqui porque teve uma ADPF julgada pela Ministra Carmen Lúcia no ano passado e que declarou as ilhas todas flúvio-marítimas de bem da União. Então, eu não estou aqui relatando opinião. Eu não estou aqui defendendo circunstâncias ou situações. Eu estou relatando fatos que houve esse julgamento. E foi uma ação patrocinada pela Procuradoria Geral do Estado, e que isso vai causar reflexos diretamente, principalmente por títulos já constituídos, matrículas já abertas, e eu acredito que tem que ser um ponto de atenção aqui dentro, porque isso vai acabar trazendo alguns questionamentos perante cartórios que já possuem áreas registradas em ilhas, e eu acredito que um debate interdisciplinar, multidisciplinar, sem querer descumprir a ordem judicial, antes que eu tenha que dar cumprimento à importante, mais uma vez, que a gente esteja um passo à frente para buscar uma solução dessa questão que eu tive que me deparar ainda como advogado por uma questão de um



cliente, e recebi um retorno de que o julgamento não causaria efeitos práticos em relação às matrículas ou direitos já constituídos. Eu acho que é necessário meditar a respeito, e a gente ter atenção redobrada sobre isso, principalmente titulação, as terras foram passadas aos estados em 1891, agora falaram de uma pauta aqui do território quilombola do Sucurijuquara. Mosqueiro tem uma lei que transmitiu as terras para a CODEM. Isso pode ser averiguado pelo ITERPA. Então, essa questão de regularização de ilhas eu acredito que pode ser um ponto de partida, mas que deve ser compartilhado aqui para evitar que desaguem os vestígios nas varas agrárias e assim por diante. Está bom? Dia 22 fica a sugestão de data. Tranquilo. Vamos lá.

FLÁVIA SILVA – ANANINDEUA - Uma outra preocupação, quem despertou inclusive, estava conversando com a Dra. Etelvana do Registro de Imóveis, é a questão das áreas da SPU dentro do território de Ananindeua. Há um tempo atrás, nós recebemos um ofício da SPU com algumas áreas, mas com a localização muito imprecisa. Nós até respondemos pedindo uma localização precisa, determinação do tamanho da área, até para que a gente possa ressaltar e identificar essa área dentro do município. Nós não obtivemos retorno. E como foi a própria preocupação e o senhor mesmo colocou, há questão de direitos de propriedade já constituídos nessa área, seja através de algum processo pelo município, ou seja através de ações de usucapião que acontecem hoje de forma muito rotineira. Então, se o senhor puder já levantar para que a gente possa tratar junto à pauta do dia 22, se tiver algum documento já específico. São as áreas da SPU dentro do nosso município.


DANILO SOARES – SPU - Eu posso identificar isso facilmente, mas acredito que, com o número do processo, a gente deva ter mais efetividade. Todos esses assuntos que tiver, ao final da reunião, você pode me passar um por um, assim já me preparo caso possa ter uma reunião bem assertiva. Enfim, o que eventualmente for um assunto comum de demais cartórios, a gente traz aqui para Comissão para que a gente possa gerar uma uniformização de entendimentos. Possa depurar o assunto ao modo de encontrar um ponto de perfeição e consenso entre todos.

FLAVIA SILVA- ANANINDEUA - Acredito que a Dra Etelvana também possa participar

ETELVANA ALVAREZ – RI ANANINDEUA - A gente gostaria de saber a localização (inaudível) material topográfico dessa área, para a gente manter um controle

DANILO SOARES – SPU - Não, tudo bem. Eu comentei ontem, quando precisei reagendar a reunião com o Dr. Cleomar. As manifestações que chegam sobre usucapião, pelo menos as que eu tenho analisado agora, que a União enquanto ente federado deve comparecer, seja no judicial como no extrajudicial, eu procuro ter uma agilidade maior em relação a edifícios, loteamentos, condomínios, áreas que presumivelmente acabam por ser uma área de natureza jurídica particular. As áreas que elas vão estar às margens de rios, que são áreas que podem ser consideradas como terreno de marinha ou como terreno marginal dos rios navegáveis, as ilhas, ou outros bens da União, ou próprios nacionais, seja lá o que for, elas demandam uma análise

mais apurada sobre o assunto. E, às vezes, por mais que uma determinada área não seja terreno de marinha ou, dependendo da região do Estado, área de terreno marginal dos rios navegáveis, ela pode estar inserida em um próprio nacional. Eu já fui procurado pela prefeitura de Ananindeua para o desenvolvimento de um projeto de geração de emprego e renda da prefeitura que era um antigo incinerador, uma área de incineração da Polícia Federal. Então, eventualmente, se tivesse uma ocupação ou um pedido de regularização de usucapião em relação a esse imóvel, eu teria uma dificuldade, porque, eventualmente, eu posso não ter... eu vou completar um mês amanhã, então eu ainda não tenho noção do que tem plotado e do que não tem plotado entre bens próprios nacionais ou não. O que for da demarcação, eu não sei se no dia 10 de março. Se eu puder no dia 10 de março, eu me antecipo à Corregedoria e apresento isso, mas o que for linhas públicas de demarcação de terreno de marinha e tudo mais, que eu acredito que, até pelos efeitos de transmissão dominiais dos estados e aqui, até... faço questão de reafirmar: eu não posso permitir com que minhas convicções pessoais interfiram na função institucional que hoje eu exerço. Então, tudo que eu relatar aqui, eu gostaria que fosse recepcionado, por mais que, se eventualmente eu não me expressar tão bem, eu gostaria que fosse recepcionado como relato de marcos históricos, atos normativos e de circunstâncias que geram questionamento, e que ou ao longo da advocacia ou ao longo da vida pública eu acabei me deparando, e são coisas que geram inquietude e que a gente vá precisar debater. Ou a gente vai debater extrajudicialmente em um fórum desta natureza ou vai chegar à porta do magistrado, das câmaras, das turmas, sejam regionais ou nacionais, para ter uma definição. Então, feita esta ressalva, as áreas que foram demarcadas e incorporadas ao patrimônio da União como terreno de marinha, e isso tem um esforço por parte do Tribunal de Contas da União, e acredito que, no momento exato, eu vou poder contextualizar isso, e isso tem uma motivação pelo processo da PEC de terreno de marinha que está em tramitação, e isso deve vir à tona nesse ano de 2025. Isso também tem uma motivação pela mudança dos marcos temporais de modo a conferir aforamentos gratuitos que permitam a regularização fundiária não necessariamente de interesse social, mas de particulares que não se enquadram nesse interesse, e que possa ter o destacamento do público para o particular de uma maneira muito mais eficiente. Por todo esse contexto, existe uma prioridade em fazer essas demarcações que foram realizadas. É o que eu relatei que ocorreu essa audiência pública no dia 13, e que eu senti falta. Mas eu pretendo trazer esse assunto para cá, para tornar conhecimento de todos. Então, esses atos de incorporação e que vão chegar ao Registro de Imóveis para que sejam qualificados em registro e o que esse pedido de requalificação e registro vai acarretar, isso é um prelúdio de um futuro próximo. E eu volto a dizer, sem procurar e tudo mais, procurar a solução, porque particularmente eu gosto da minha terra, moro aqui e não pretendo me mudar, e isso se eu enfrentar do lado da SPU, provavelmente vou enfrentar do lado da advocacia, e vão voltar a me ver, invariavelmente. Então, essas questões, que elas precisam ter um conhecimento público, eu acredito que possam ser disponibilizados em shape para consulta e um consumo muito responsável dos órgãos públicos ou dos seus poderes que, por delegação, prestam os serviços. E por que eu digo isso? Porque às vezes uma pessoa mal-intencionada pode, eventualmente, sem consultar ou por um acordo de cooperação técnica que delegou e transmitiu e para dar celeridade à qualificação registral acabou não fazendo "não, a SPU me transmitiu o




shape e eu não preciso mais consultar a SPU". Isso foi feito em uma gestão em que o Danilo estava à frente, mas eventualmente um novo Superintendente chega e não concorda, e isso volta pro Danilo no TCU dos órgãos de controle dos atos administrativo, e eu honestamente não gostaria de estar nesse alvo do próximo, remoto... nunca. Então, por mais que nós tenhamos e estejamos investidos da melhor das intenções de poder transmitir isso. Eu, de certa forma, enquanto na função pública, não me sinto confortável de ter de abrir mão para ter a manifestação explícita. O que nós podemos é buscar meios de agilizar a qualificação registral para que a gente possa ter esse registro e atender o cidadão que é usuário direto. Linha de demarcação de terreno de marinha, linha de demarcação dos terrenos marginais dos rios navegáveis nas cidades onde não sofrem influência de maré, as ilhas flúvio-marítimas, isso é mais fácil da gente saber que presuntivamente vai ser da União as ilhas que estão em rios que cruzam mais de um estado e assim por diante. Todas essas circunstâncias serão mais fáceis, mas sempre a gente vai precisar da manifestação do ente público, seja ele o estado, município ou a União, para dizer se não tem um outro bem, se não tem uma outra circunstância. Assim como eu acredito, o IBAMA, a IDEFLOR, o ITERPA, devem disponibilizar shapés de reservas extrativistas, de áreas de preservação, de determinados bens que façam parte do sistema nacional das unidades de conservação, de florestas nacionais. Assim, como a gente tem esse shape, isso eu acredito que possa ser disponibilizado. E então, eu quero pedir a compreensão de que não é uma má vontade do Danilo, mas é uma responsabilidade das consequências que isso pode vir a trazer nessa facilitação ou na interpretação desse dado e que, eventualmente, eu tenho um conjunto de servidores que também se posicionam ao longo do processo e que podem estar nessa situação. Então, alguns dados eu tenho tranquilidade que eles sejam transmitidos, contanto que eles não dispensem a manifestação efetiva, que eu acho que eu nem teria essa anuência por parte da AGU para bloquear o meu órgão consultivo jurídico direto, mas dada a agilidade para consultar esses dados, eu acredito que, se não for no dia 10 de março, ainda no primeiro semestre a gente vai trazer isso à tona, porque eu acredito com plena convicção que, ainda nesse primeiro semestre, muitos dos oficiais registradores receberão uma carta minha com um pedido de qualificação registral para incorporação aos bens da União da linha de terreno de marinha que, por toda a sua interpretação, normativa e jurisprudencial... Dr. Cleomar está sorrindo aqui porque ele enfrenta uma batalha judicial dessa natureza e que inclusive foi julgada recente no dia 28 de novembro e o Tribunal Regional Federal da Primeira Região disse que não poderia registrar em nome da União. Então, antes que chegue nessa forma, eu quero primeiro trazer logo para cá, porque isso vai de Ananindeua, Marituba, Colares, Santa Izabel, Benevides, Vigia, São Caetano de Odivelas, toda essa costa, até chegar em Viseu, vai ter o pedido de registro em qualificação registral nesse primeiro semestre por ordem e determinação do TCU. E talvez seja necessário que a gente possa ampliar e expandir esse fórum de debate, levando isso para uniformizar no CNJ, então vejo de uma maneira muito promissora o que está se semeando aqui. Então, no momento certo, quando esses dados estiverem formalizados, eu vou trazer, e a gente, de maneira conjunta, a gente extrai um consenso de que maneira ele pode ser partilhado e consultado de modo à informação ser consumida para as nossas atividades profissionais. E, no dia 22, já estendo o convite à representante do Registro de Imóveis de Ananindeua. Se nós pudermos estar juntos

para esse diálogo... a gente ajeita depois a questão da agenda, que é uma agenda pessoal nossa. Está bom? Obrigado.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ - Obrigado, Dr. Danilo. Assim, pela ordem de inscrição aqui das falas, eu tenho o Dr. Solano e o Dr. Cleomar. Dr. Solano, o senhor tem a palavra

MÁRIO SOLANO – FAEPA - Excelência, o objetivo do pedido eu vou deixar para o segundo momento, tendo em vista o que eu acabei de ouvir do representante, do Superintendente do SPU, Dr. Danilo. Bem-vindo. É uma satisfação, pode ter certeza. Muito grato em ouvir as suas palavras. Lembro de reuniões no início desta Comissão que dois anos atrás nós conversamos e debatemos aqui justamente que o ponto central que nós temos no país, em especial no nosso estado, é justamente o problema entre os entes federativos, a começar pela quantidade de instituições envolvidas no mesmo processo. E voltamos aqui em 2025, Dr. Danilo, e ouço do senhor exatamente o problema. O problema não está no cidadão. Ele está pagando a sua conta através dos seus tributos para que façamos o melhor possível para que se atenda as demandas dessas pessoas e possa pacificar os muros que se colocam entre uma residência e outra. Os muros que se colocam entre uma propriedade e outra na área rural, e isso ainda não está pacificado no século XXI. Mais do que isso, Desembargador, é a quantidade de legislações sobre o mesmo caso, sobre o mesmo problema fundiário. E isso tem replicado em questões gravíssimas em nossa sociedade e em especial no nosso estado, inclusive com consequências de mortes, porque ainda se briga em pleno século XXI, ainda se mata por questões de terra. E veja a complexidade que na verdade, sinceramente, as décadas não me permitem achar que é complexo. Eu vejo com simplicidade. Minha finada mãe, Dra. e Professora Rosa, minha querida Professora Rosa, que se aposentou na Universidade Federal, ela me ensinou uma coisa muito interessante ainda muito jovem na leitura de um livro. Ela dizia que, ao ler um livro, principalmente um clássico, não deixe de levar em consideração a dicotomia tempo-espaco, senão você não vai entender nunca o que está na literatura. Então, eu não consigo, por exemplo, ouvir um assunto como esse, Dr. Danilo, muito interessante, e não lembrar dessa mensagem. Por quê? Veja bem o que nós estamos tratando aqui: terreno de marinha. Senhores e senhores, vamos buscar finalidade do que foi criado terreno de marinha nesse país. Quantos séculos? Qual foi a finalidade? A finalidade se perdeu. Se perdeu no tempo, mas continua no espaço. E a gente trouxe para um problema que é secular. O objetivo de se constituir no território nacional brasileiro território de marinha se perdeu no tempo. Não tem mais esse objetivo. Onde em tese seria esse terreno de marinha, grande parte, principalmente nas áreas urbanas, são portos, são áreas abertas, seja legais, seja ilegais, tecnicamente falando. O exemplo é Belém. Você passa no Guamá, no Jurunas, o que é legal ali? Você passa em Icoaraci, o que é legal ali? O acesso que se dá à área de terreno de marinha. Mas o que é que faltou? Faltou a presença do Estado de ordenar antes que a sociedade tomasse a ativa e fizesse a sua parte. E agora, o que vamos fazer? Vamos continuar insistindo em um objetivo que deixou de existir, que é o terreno de marinha? Ou seria mais fácil nós caminharmos para que o ente federado entregue esses terrenos para os municípios e para os estados? Deixa o território que lá existe resolver. É muito mais simples e muito mais prático, porque tenha certeza Dr. Danilo e senhoras e senhores: vamos continuar



discutindo e isso vai bater exatamente, vai cair, melhor dizendo, nas varas, nos tribunais. E as pastas de trabalho dos senhores, que já não é pouco, cheias de processos muito mais relevantes, não que não seja relevante, mas existem caminhos para mitigar esse problema e eu estou dando o caminho aqui, já que esta Comissão que, aliás, formou o encaminhamento para podermos reunir toda essa representatividade significativa da sociedade, das instituições que tratam deste assunto para encontrar um denominador comum mais simples, mais objetivo. Então, fica aqui essa ponderação, essa observação, que eu não vou colocar como proposta, mas eu não sei. Dr. Lúcio, se é interessante colocar em pauta futura, mas, já que estamos aqui com os representantes institucionais que têm o poder de decisão, obviamente, em tese, para que se possa levar uma proposta para a instituição federal a fim de fazer isso. A concessão, a doação ao que interessa do território. Trazer de volta a quem realmente existe no território, e não ficar dependendo de decisões que estão completamente distantes da nossa realidade, que é a decisão em Brasília, que não estão vendo a gente, a nossa realidade. Não sabem da nossa realidade. E isso acontece no Brasil inteiro. Não é só no Pará, mas aqui, estamos falando do Pará em especial, e é isso que a gente precisa resolver. Portanto, eu acho que desta Comissão é possível sair uma proposta na qual a gente possa tratar realmente de forma objetiva, se não pacificar no total, mas sim parcial, essa situação. Feitas essas considerações, Desembargador, senhoras e senhores, venho fazer outra proposta, Desembargador. Se for possível, para a gente se conhecer melhor: fazer reuniões itinerantes nas instituições que aqui estão. A gente precisa ir ao SPU e permitir que o Dr. Danilo, antes de começar a reunião, ele tenha três minutos, por exemplo, para apresentar o que o SPU faz, o que está fazendo. Eu tenho certeza que parte de todos nós aqui precisamos ter esse conhecimento. E assim sucessivamente, as instituições que participam desta Comissão. A FAMEP, por exemplo. Então, eu acho que é interessante, é uma forma de integrar mais, e obviamente estou falando das instituições que tem condições de receber todo esse colegiado. Eram essas as considerações. Muito obrigado pela atenção e contém sempre com a Federação naquilo que for possível, e obviamente eu não poderia deixar, como são minhas últimas palavras no dia de hoje nessa reunião, desejar a todos os senhores e as senhoras um feliz e auspicioso 2025.

LÚCIO GUERREIRO - CGJ - Obrigado, Dr. Solano, pelas palavras. Fica registrado aqui as suas colocações. A próxima administração vai avaliá-las, e eu passo a palavra para o Dr. Cleomar.

CLEOMAR MOURA - 1º RI DE BELÉM - Alô? Bom, bom dia a todos. Não poderia deixar de me unir a uma justa homenagem feita ao Desembargador José Roberto, ao Dr. Lúcio e toda sua equipe pelo trabalho inédito e que reuniu todos os atores aqui e que tenha apresentado resultado muito excelente para a sociedade que é a regularização fundiária. Gostaríamos de nos colocar à disposição. Como o Dr. Danilo já colocou, já estamos agendados para uma reunião. Fiquei com muita expectativa e esperança com esse posicionamento dele e também com o da CODEM. Já estamos tentando contato com o novo prefeito para que a gente possa trabalhar a regularização fundiária aqui em Belém de uma forma conjunta, já que nós temos agora um protocolo que garante essa regularização fundiária nas áreas que estão de sobreposição. Então, eu queria

deixar esse agradecimento e estamos à disposição. Agradecer também pelo carinho que a Corregedoria destinou à ANOREG, ao Colégio de Registradores. Muito obrigado.

DESEMBARGADOR JOSÉ ROBERTO-CGJ - Então, nada mais a tratar, aqui eu deixo o meu...

FLÁVIA SILVA – ANANINDEUA - Eu gostaria só de colocar uma observação, e eu gostaria de saber se o ITERPA ainda está presente. Saiu? Então pronto. Nós do município temos algumas áreas do estado em processo de REURB. Foi concluída uma área especificamente chamada Jaderlândia 2, na qual a Dra. Etelvana direcionou as certidões à Corregedoria, e eu gostaria de verificar a possibilidade dessas certidões ou serem entregues para que a gente possa fazer o direcionamento devido aos moradores. Acho que isso deveria ser tratado com o Dr. Bruno também presente. Não sei se há possibilidade de fazer algo em parceria, mas o ITERPA sempre nos recebeu muito bem. Mas eu queria verificar essa possibilidade se chegou à Corregedoria essas certidões e se já foi definido a quem será entregue.

DESEMBARGADOR JOSÉ ROBERTO-CGJ - Vamos articular isso junto com o ITERPA, porque essa é uma área de titulação do estado, e então feito esse trabalho conjunto entre estado e município. Mas essas certidões foram recebidas e encaminhadas ao ITERPA porque ele era o titular da área, e agora tem que ocorrer essa articulação entre ITERPA e município. Já foi direcionada para que desse prosseguimento, já que a área é do ITERPA. Mas, com certeza eles vão articular com vocês, município, o prosseguimento dessa atividade. Dito isso, muito obrigado por tudo. Desejo que o 2025 seja repleto de sucesso a todos vocês, ao trabalho dessa Comissão, aos colegas que aqui irão ficar, permanecer à frente, o Dr. Horácio, o Dr. André. Acredito que o Dr. David deva permanecer. Mas, saúde e paz a todos.

A reunião encerrou-se às 11h21.

Aprovada, pelos presentes, a ata da última reunião.

A GRAVAÇÃO DESTA REUNIÃO ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO LINK:
<https://webcast.overseebrasil.com.br/tjpa/#ondemand/watch/>

TAREFAS A SEREM CUMPRIDAS	RESPONSÁVEL	PRAZO FINAL
1. INFORMAÇÕES SOBRE ANDAMENTO DA TITULAÇÃO DA ÁREA DA TERRA FIRME PELA CODEM/UFPA/SPU	CODEM/UFPA/S PU	PROXIMA REUNIÃO
2. INFORMAÇÕES SOBRE COMPARTILHAMENTO DOS SHAPEFILES DAS ÁREAS PATRIMONIAIS DO ESTADO DO PARÁ QUE SE ENCONTRAM SOB RESPONSABILIDADE DO INCRA	INCRA	PROXIMA REUNIÃO
3. DEVOLUTIVA SOBRE A DOAÇÃO DA ÁREA FEDERAL, PERTENCENTE AO INCRA, AO	INCRA/CAPITÃO POÇO	PROXIMA REUNIÃO

MUNICÍPIO DE CAPITÃO POÇO, PARA FINS DE REALIZAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.					
4. INICIAR TRATATIVAS PARA CELEBRAÇÃO DE ACT ENTRE CODEM E OS TRES OFICIOS DE IMOVEIS DE BELEM, COM A FINALIDADE DE APURAR OS REMANESCENTES		CODEM/ SERVENTIAS DE IMOVEIS DE BELEM		INFORMAÇÕES NA PROXIMA REUNIAO	
5. RETORNO SOBRE REALIZAÇÃO DE REUNIÃO SOBRE A TITULAÇÃO DAS ÁREAS DAS ILHAS DO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA, AGENDADA PARA O DIA 22.01.2025		SPU/MUNICIPIO DE ANANINDEUA		PROXIMA REUNIAO	
6. RETORNO SOBRE O LEVANTAMENTO DAS ÁREAS DA SPU NO MUNICIPIO DE ANANINDEUA		SPU/MUNICIPIO DE ANANINDEUA		PROXIMA REUNIAO	
PROXIMAS REUNIÕES					
Data: 10.03.2025	INÍCIO: 10H	FIM: 11H	LOCAL: SALA MULTIUSO DO ANEXO 1 - TJPA		
Nestes termos, nada mais havendo, foi lavrada a presente ata a qual, após lida, foi assinada pelo Corregedor-Geral de Justiça. Eu, _____ Paola Watrin Pimenta Menescal digitei e subscrevo.					
Desembargador JOSE ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR Corregedor-Geral de Justiça					